

**ESTADO DO PARANÁ  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO CAROBA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA  
DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO  
DAS METAS FISCAIS**

**1º QUADRIMESTRE/2021**

# EXIGÊNCIA LEGAL

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

# TEMAS A SEREM APRESENTADOS

- Execução Orçamentaria
- Metas Arrecadação
- Cronograma de Desembolso
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (70%)
- Despesas com Pessoal
- Restos à Pagar

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

- a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;
- b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;
- c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>5.866.769,80</b>
Receita Tributária	265.828,92
Receita de Contribuições	72.860,52
Receita Patrimonial	16.284,05
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	24.432,06
Transferências Correntes	6.545.337,70
(-) Deduções das Transferências Correntes	-1.080.896,29
Outras Receitas Correntes	22.922,84
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00
<b>Total (III) = (I+II)</b>	<b>5.866.769,80</b>

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

<b>Despesas Liquidadas Por Função de Governo</b>	
04 - Administração	775.308,22
06 - Segurança Pública	0,00
08 - Assistência Social	314.109,59
10 - Saúde	1.424.990,88
12 - Educação	747.307,87
13 - Cultura	0,00
15 - Urbanismo	908.070,74
17 - Saneamento	0,00
18 - Gestão Ambiental	0,00
20 - Agricultura	337.544,53
22 - Indústria	0,00
26 - Transporte	64.540,63
27 - Desporto e Lazer	10.417,19
28 - Encargos Especiais	85.166,99
99 - Reserva de Contingência	0,00
<b>Total (IV)</b>	<b>4.667.456,64</b>

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

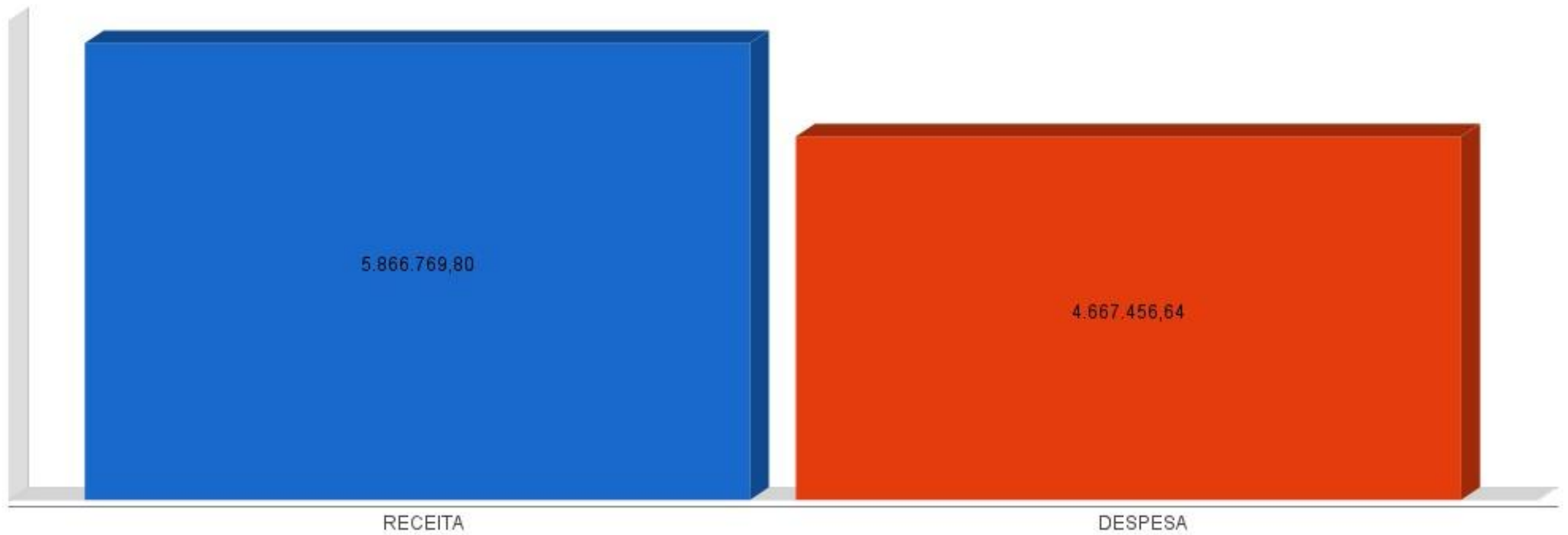
Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

## Execução Orçamentária e Financeira

Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V)	0,00
Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV)	<b>1.199.313,16</b>
<b>Superávit (VII) = (V + VI)</b>	<b>1.199.313,16</b>

# EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52





# METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea "c" do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

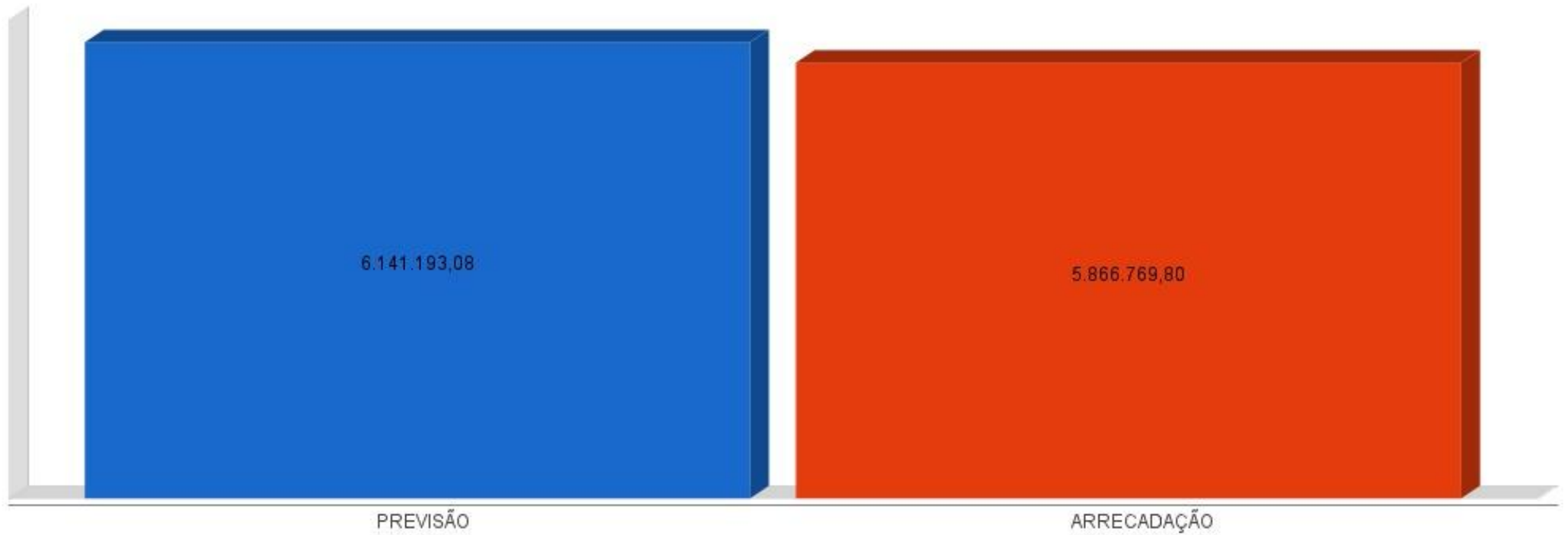
# METAS DE ARRECAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>Previsão</b>	<b>Arrecadação</b>	<b>Diferença</b>
<b>Receitas Correntes (I)</b>	<b>6.129.048,96</b>	<b>5.866.769,80</b>	<b>-262.279,16</b>
Receita Tributária	200.696,88	265.828,92	65.132,04
Receita de Contribuições	23.512,60	72.860,52	49.347,92
Receita Patrimonial	2.592,92	16.284,05	13.691,13
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.532,00	24.432,06	17.900,06
Transferências Correntes	6.968.771,20	6.545.337,70	-423.433,50
(-) Deduções das Transferências Correntes	-1.073.056,64	-1.080.896,29	-7.839,65
Outras Receitas Correntes	0,00	22.922,84	22.922,84
<b>Receitas de Capital (II)</b>	<b>12.144,12</b>	<b>0,00</b>	<b>-12.144,12</b>
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	3.749,44	0,00	-3.749,44
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.394,68	0,00	-8.394,68
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>Total (III) = (I+II)</b>	<b>6.141.193,08</b>	<b>5.866.769,80</b>	<b>-274.423,28</b>

# METAS DE ARRECADAÇÃO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



# **CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

LRF, Art. 8º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do Art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

LRF, Art. 13 - No prazo previsto no Art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

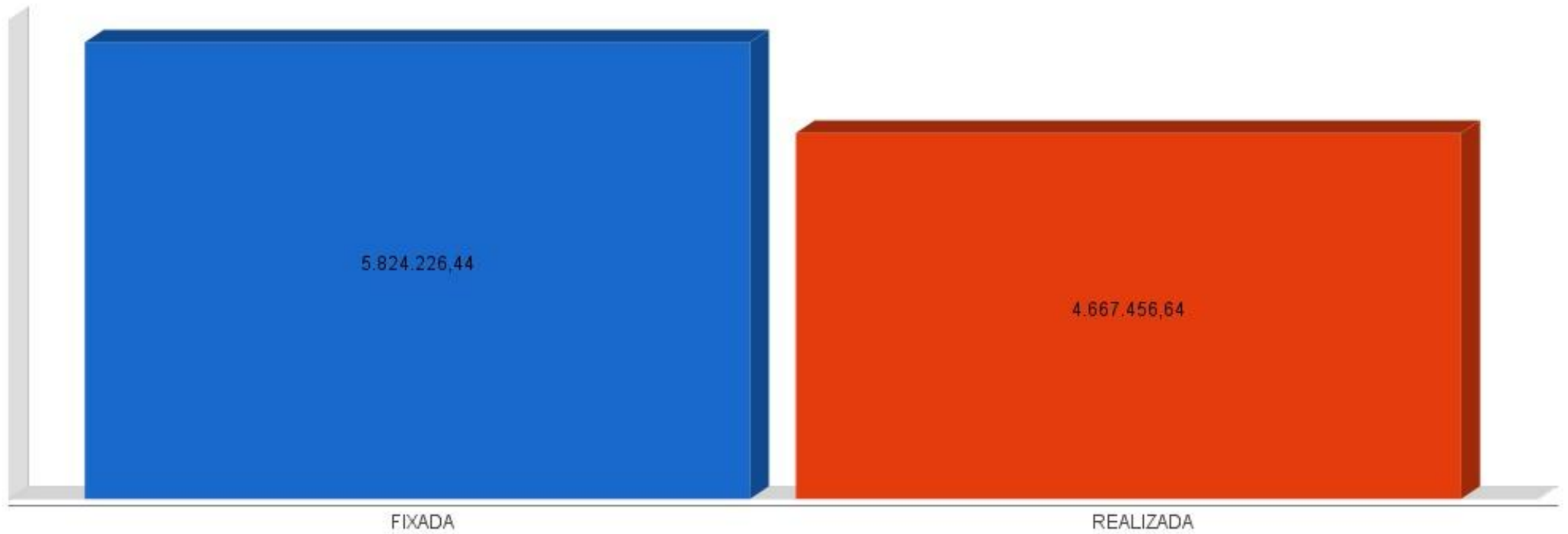
# CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13

<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>Fixadas</b>	<b>Realizadas</b>	<b>Diferença</b>
<b>Despesas Correntes (I)</b>	<b>5.464.188,12</b>	<b>4.429.359,03</b>	<b>1.034.829,09</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.174.264,44	2.578.448,94	595.815,50
Juros e Amortização da Dívida	166,68	0,00	166,68
Outras Despesas Correntes	2.289.757,00	1.850.910,09	438.846,91
<b>Despesas de Capital (II)</b>	<b>130.038,32</b>	<b>238.097,61</b>	<b>-108.059,29</b>
Investimentos	111.705,00	220.129,64	-108.424,64
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Fundada Interna	18.333,32	17.967,97	365,35
<b>Reserva de contingência (III)</b>	<b>230.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>230.000,00</b>
Reserva de contingência	230.000,00	0,00	230.000,00
<b>Total (IV) = (I+II+III)</b>	<b>5.824.226,44</b>	<b>4.667.456,64</b>	<b>1.156.769,80</b>

# CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 8º e Art. 13



# APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

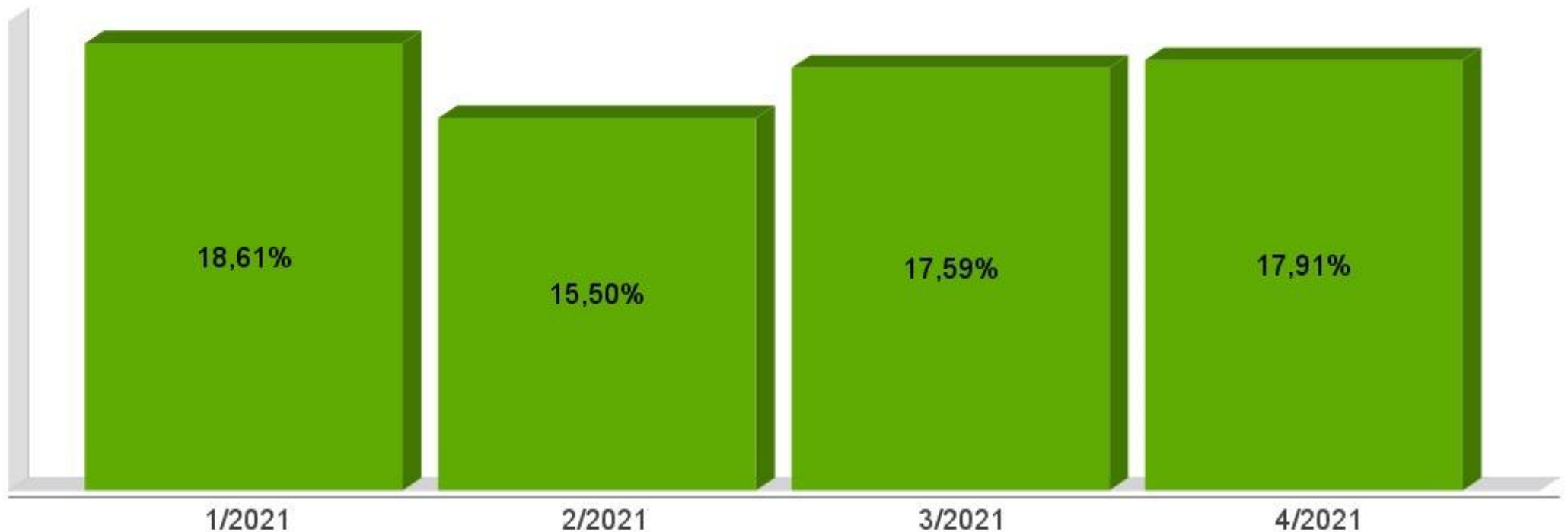
EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

<b>Receita bruta de Impostos e Transferências (I)</b>	<b>5.652.062,93</b>
<b>Despesas por função/subfunção (II)</b>	<b>1.530.162,72</b>
<b>Deduções (III)</b>	<b>518.012,42</b>
<b>Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)</b>	<b>1.012.150,30</b>
<b>Mínimo a ser aplicado</b>	<b>847.809,44</b>
<b>Aplicado à maior</b>	<b>164.340,86</b>
<b>Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100</b>	<b>17,91</b>

# APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000





# APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

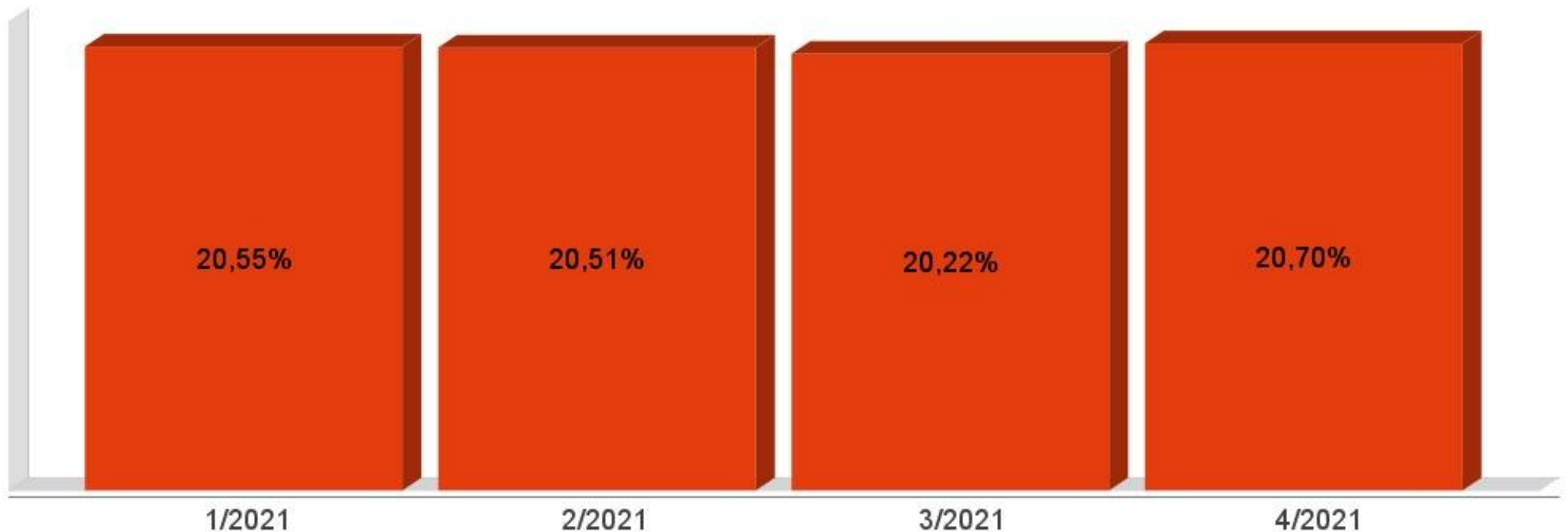
CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

<b>Receita bruta de Impostos e Transferências (I)</b>	<b>5.652.062,93</b>
<b>Despesas por função/subfunção (II)</b>	<b>747.307,87</b>
<b>Deduções (III)</b>	<b>47.770,67</b>
<b>Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)</b>	<b>-470.417,87</b>
<b>Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)</b>	<b>1.169.955,07</b>
<b>Mínimo a ser aplicado</b>	<b>1.413.015,73</b>
<b>Aplicado à Menor</b>	<b>-243.060,66</b>
<b>Percentual aplicado = (V) / (I) x 100</b>	<b>20,70</b>

# APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72



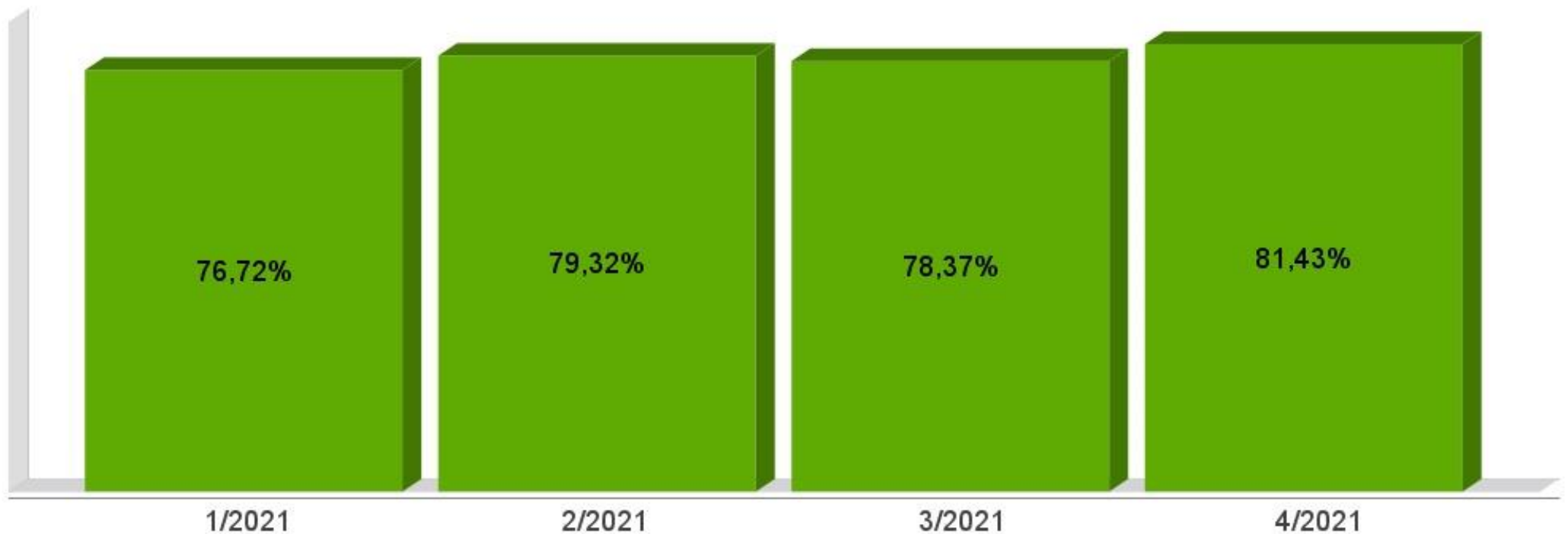
# **APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

EC 108/2020, Lei N°14.113

<b>Receita do FUNDEB (I)</b>	<b>610.478,42</b>
<b>Despesas (II)</b>	<b>497.123,25</b>
<b>Mínimo a ser Aplicado</b>	<b>427.334,91</b>
<b>Aplicado à Maior</b>	<b>69.788,34</b>
<b>Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100</b>	<b>81,43</b>

# APLICAÇÃO DE 70% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

EC 108/2020, Lei N°14.113



# DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

# DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Constituição Federal, Art. 169, *caput*  
Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

<b>Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)</b>	<b>17.375.183,91</b>
<b>Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)</b>	<b>7.690.322,26</b>
<b>Limite Prudencial - 51,30%</b>	<b>8.913.469,34</b>
<b>Limite Máximo - 54,00%</b>	<b>9.382.599,31</b>
<b>Percentual aplicado = (II) / (I) x 100</b>	<b>44,26</b>

# RESTOS A PAGAR

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

LRF, Art. 55. O relatório conterà:

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

# **RESTOS A PAGAR**

Lei Complementar nº101/2000, Art. 55, III, alínea “b”

Não houve restos a pagar inscritos nos exercício anterior.